

TERRITORIAL



Os conflitos no campo aumentaram no período pós-golpe devido à ascensão das pautas defendidas pelos ruralistas e englobadas pelo governo federal. Ao mesmo tempo, houve enfraquecimento político de temas como o combate ao trabalho escravo, a reforma agrária e a defesa dos direitos indígenas. Vejamos como se manifestaram os conflitos no campo durante o período recente.

O CRESCIMENTO DOS CONFLITOS NO CAMPO

Os conflitos no campo vêm se tornando um problema cada vez mais grave aos olhos da comunidade brasileira e internacional. O Brasil foi o país do mundo com maior número de homicídios no campo em 2016. O Estado parece ter fechado os olhos para os conflitos e as mortes, ao favorecer, na maioria dos casos, os interesses dos grandes proprietários e grileiros que se sentem empoderados pelos novos direcionamentos do governo federal para as questões rurais.

Um bom exemplo da pauta não progressista abraçada pelo governo Temer foi a recém sancionada Lei nº 13.465/2017, conhecida como MP da grilagem, que formaliza em grande escala as terras públicas invadidas por grileiros - fato que pode levar ao agravamento do desmatamento e dos conflitos pela terra. Essa mesma lei também coloca em risco a Política Nacional de Reforma Agrária ao estimular a comercialização das terras dos assentamentos e reduzir o papel do

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no apoio das famílias assentadas.

Outra ameaça em curso é o Projeto de Lei 6442/2016, elaborado pelo deputado Nilson Leitão (PSDB-MT), que trata de uma reforma trabalhista ampla no meio rural. O projeto de lei visa alterar as regras de regulação do trabalho no campo ao abordar aspectos como ampliação da jornada de trabalho, expansão da terceirização e diminuir a fiscalização das condições do trabalho rural.

Aspectos globais da violência no campo

Segundo o relatório “Defender la Tierra: Asesinatos globales de defensores/as de la tierra y el medio ambiente en 2016”, produzido pela organização sem fins lucrativos Global Witness, a violência no campo vem aumentando de forma global no período recente.

Os resultados que constam no relatório lançado em julho de 2017 apontam para um cenário preocupante. Em 2016, foram registradas pela Global Witness duzentas mortes em 24 países diferentes. Isso significou

uma elevação de 10% das mortes em relação ao ano anterior. E também um aumento de 50% do número de países com registros de assassinatos, cujos acontecimentos em 2015 foram em dezesseis países.

Tabela 1 – Distribuição dos assassinatos no campo por país (2016)

País	Assassinatos
Brasil	49
Colômbia	37
Filipinas	28
Índia	16
Honduras	14
Nicarágua	11
República do Congo	10
Bangladesh	7
Guatemala	6
México	3
Irã	3
África do Sul	2
Peru	2
Mianmar	2
Zimbabwe	1
Vietnã	1
Uganda	1
Tailândia	1
Tanzânia	1
Paquistão	1
Malásia	1
Irlanda	1
China	1
República dos Camarões	1
Total	200

Fonte: Elaboração própria a partir de Global Witness, 2017.

A partir das informações apontadas, foi possível observar que as duzentas mortes ocorreram de maneira bastante heterogênea nos 24 países abordados. Dez destes países contabilizaram uma morte cada, enquanto mais da metade – 57% – dos casos ficaram concentrados em apenas três países: Brasil, Colômbia e Filipinas. O Brasil foi o país com maior número de mortes em termos absolutos no mundo, contabilizando sozinho 49 assassinatos – o que corresponde a praticamente 25% dos assassinatos registrados pela organização de forma global.

Conforme o gráfico a seguir, outra questão a ser apontada é o grande percentual de mortes de indígenas em conflitos de defesa da terra e/ou do meio ambiente. Em 2016, 40% do total de assassinatos registrados pela organização no mundo foram de indígenas, revelando a vulnerabilidade desse grupo social em conflitos envolvendo a terra. Do ponto de vista proporcional, as mulheres representavam 10% dos assassinatos ocorridos no período, sendo apontadas pelo relatório diferentes formas de violência contra a mulher, inclusive sexual.

Gráfico 1 – Assassinatos no campo segundo natureza do conflito. Mundo, 2016



Fonte: Elaboração própria a partir de Global Witness, 2017.

Muitas mortes no campo possuíam associações com o setor de atividade econômica. Os setores de mineração e petróleo foram responsáveis por 33 pessoas assassinadas no mundo em 2016, o que corresponde a 16,5% do total de assassinatos. Já os setores madeireiro e de agroindústria tiveram relação com 23 mor-

tes cada. São todos setores econômicos cujos interesses finais passam pelo desmatamento de terras ou da sua transformação em campos de mineração e extração de petróleo, indo em colisão com os defensores de suas terras e/ou do meio ambiente.

Tabela 2 – Distribuição dos assassinatos no campo segundo setor de atividade econômica. Mundo, 2016

Setor de atividade econômica	Assassinatos
Mineração e Petróleo	33
Madeireira	23
Agroindústria	23
Outras	121
Total	200

Fonte: Elaboração própria a partir de Global Witness, 2017.

Em 2016, pode-se observar que 43 dos assassinatos registrados pela Global Witness (2017) foram de responsabilidade de atores públicos, entre eles a polícia e o Exército. Isso corresponde a 21,5% do total de assassinatos, demonstrando que o Estado está participando ativamente das mortes em vez de assegurar a integridade física de seus cidadãos. Além disso,

dentre os outros atores responsáveis pelas mortes, se destacam os grupos paramilitares, que foram responsáveis por 16,5% das mortes. Os demais responsáveis identificados foram os seguranças particulares, que assassinaram catorze pessoas, seguidos dos caçadores furtivos da fauna e da flora, que mataram treze pessoas no período.

Tabela 3 – Distribuição dos assassinatos no campo segundo responsabilidade. Mundo, 2016

Responsável	Assassinatos
Exército	10
Caçadores Furtivos	13
Seguranças Particulares	14
Polícia	33
Paramilitares	35
Outros	95
Total	200

Fonte: Elaboração própria a partir de Global Witness, 2017.

Além dos assassinatos, a Global Witness (2017) também relatou a existência de outros tipos de violência no campo, como ataques, desaparecimentos, abuso sexual, ameaças e ataques a familiares.

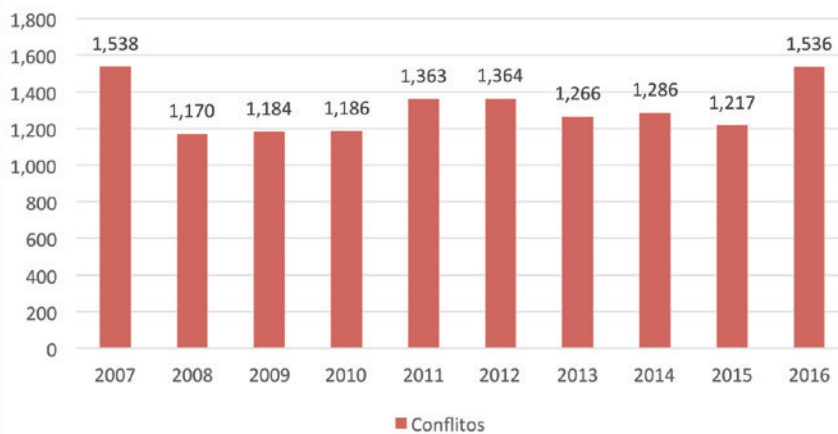
Quanto ao Brasil, foram registrados 49 assassinatos, entre os quais dezesseis ligados ao setor de atividade madeireira. As obras para instalação de represas e hidrelétricas também foram constatadas como geradoras da violência no país. A organização também afirmou que a maior parte dos responsáveis pelos assassinatos brasileiros no campo foram proprietários de terra.

Evolução e territorialização dos conflitos

Contribuindo para essa discussão, utilizaremos os dados do estudo “Conflitos no Campo Brasil” elaborado pela Comissão Pastoral da Terra, que monitora e atua na temática dos conflitos do campo no Brasil.

Os dados registrados pela Comissão Pastoral da Terra mostraram as ocorrências de conflitos no campo desde 2007. No gráfico a seguir é possível observar tal evolução. Em 2016, os conflitos no campo totalizaram 1.536, o maior pico de ocorrências desde 2007.

Gráfico 2 – Evolução de ocorrências de conflitos no campo. Brasil, 2007-2016

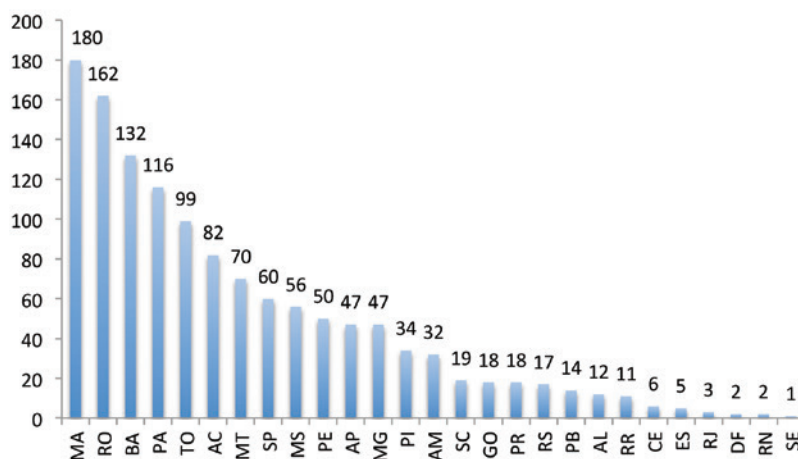


Fonte: Elaboração própria a partir de Comissão Pastoral da Terra, 2017

O gráfico a seguir aponta a distribuição dos conflitos no campo nas unidades federativas brasileiras. Entre os dados registrados, foi relevante que alguns estados têm uma representação muito forte em matéria de conflitos no campo. Do total de ocorrências territoria-

lizadas, 13,9% dos conflitos ocorreram no Maranhão. Por sua vez, os estados de Rondônia, Bahia e Pará representaram, respectivamente, 12,5%, 10,2% e 8,9% do total de ocorrências do país.

Gráfico 3 – Distribuição dos conflitos no campo segundo unidades federativas. Brasil, 2016

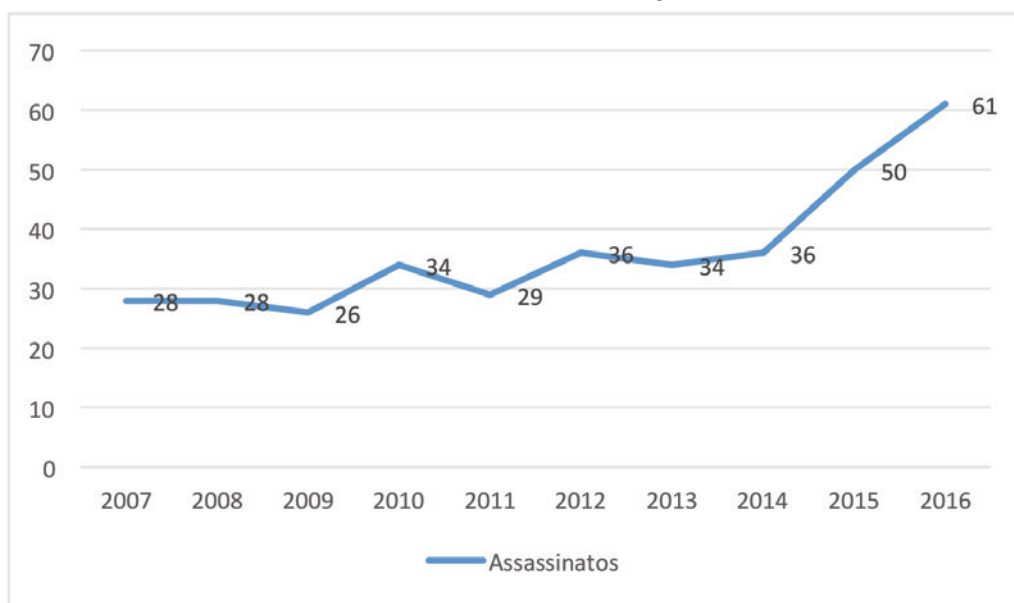


Fonte: Elaboração própria a partir de Comissão Pastoral da Terra, 2017

Ao desagregar mais as informações das ocorrências de conflitos no campo, mostram-se apenas aquelas que resultaram em sua consequência mais grave, a morte. Em 2016, foram contabilizados 61 assassinatos no campo no Brasil. Ao longo do período analisado, fica evidente que 2015 foi um ano com

elevação muito grande no número de assassinatos no campo e 2016 aumentou ainda mais essa tendência. De 2007 a 2016, o número de mortes no campo mais do que dobrou, revelando a gravidade do problema atual.

Gráfico 4 – Evolução dos assassinatos no campo. Brasil, 2007-2016

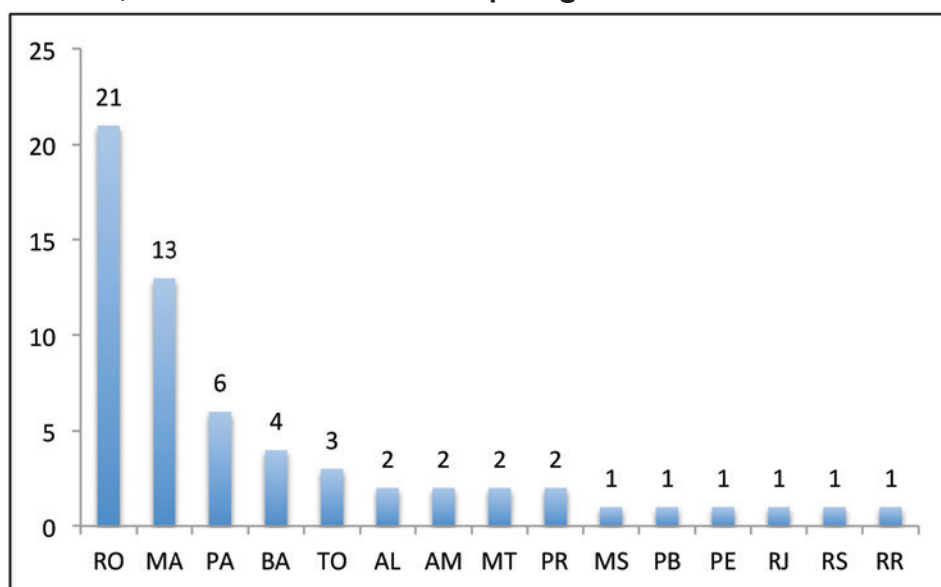


Fonte: Elaboração própria a partir de Comissão Pastoral da Terra, 2017.

Para o ano de 2016, a regionalização dos dados revela que as 61 mortes ocorridas no país se manifestaram em quinze unidades federativas. Houve concentração grande das mortes principalmen-

te nos mesmos estados que apresentaram maior quantidade de ocorrências. Assim, 34,4% dos assassinatos aconteceram em Rondônia e 21,3% no Maranhão.

Gráfico 5 – Distribuição dos assassinatos no campo segundo unidades federativas. Brasil, 2016



Fonte: Elaboração própria a partir de Comissão Pastoral da Terra, 2017.

Conclusão

O conjunto de dados analisados nesse artigo aponta para um cenário alarmante a respeito dos conflitos no campo ocorridos de forma global e no Brasil. O país tem se destacado negativamente em termos de conflitos pela terra e pelas mortes deles decorrentes. Além disso, a bancada ruralista no Congresso

Nacional ganha cada vez mais força e é favorecida pelo governo golpista de Temer, o que faz aumentar a concentração e o conflito pela terra no país. Por fim, as medidas recentemente tomadas pelo governo Temer estão contribuindo para esse cenário de caos social no campo, pois representa um retrocesso aos direitos dos trabalhadores rurais, dos povos indígenas e quilombolas.

Aspectos metodológicos sobre a fonte utilizada

A Global Witness é uma organização sem fins lucrativos que defende os direitos humanos e ambientais. Dentre os projetos encabeçados por ela, está o acompanhamento de mortes no campo. Esse acompanhamento é materializado em estudos realizados desde 2010 pela organização e compreendem pessoas que, por defenderem a terra e o meio ambiente de forma pacífica, foram assassinadas ou estão desaparecidas. As vítimas apresentadas possuíam relação pessoal ou profissional com a causa.

Para a realização do relatório abordado nesse artigo, a Global Witness (2017) se baseou em informações públicas na internet. Primeiro, a equipe da organização sistematizou fontes nacionais e internacionais que apresentavam dados sobre pessoas assassinadas no campo. A seguir, os dados recolhidos na internet passaram por uma seleção respeitando alguns critérios. Entre os critérios observados, as fontes deveriam ser confiáveis, publicadas e atuais. Também deveriam incluir detalhes comprovando o caso: o tipo, método, data e local do assassinato. Outros detalhes pessoais das vítimas, como nome, dados de identificação e informações de sua vida profissional, foram critério para a inclusão no estudo.

Por fim, deveria haver relação da vítima com problemas ambientais ou de terra para justificar sua inclusão na população estudada. Houve exceções a esses critérios em casos de organizações locais cujos dados não foram publicados na internet, mas cujas metodologias foram consideradas confiáveis. Ressalta-se que foram incluídos nos registros mortes de pessoas próximas às vítimas que advogavam diretamente pela terra ou pelo meio ambiente, cujos assassinatos estavam de alguma forma relacionados.

De maneira complementar, torna-se necessário apontar que o estudo elaborado pela Global Witness (2017) apresentou alguns limites, sendo um deles a possibilidade de subdimensionamento dos dados observados, uma vez que nem todas as mortes ocorridas foram registradas, sobretudo em áreas rurais. Também, as investigações foram realizadas por buscas na internet e não foi possível fazer buscas muito profundas em todos os países. As buscas foram realizadas em três idiomas: inglês, português e espanhol, portanto se restringiu a dados publicados nestas línguas.

Além disso, em alguns países a organização possui mais vínculos com organizações locais do que em outros e isso reflete em maiores e mais completas informações nesses países em detrimento dos demais. Os países com maior prioridade para buscar mais detalhadas foram aqueles onde havia algum alerta de casos de violência no campo.

Por fim, existem desafios inerentes ao recolhimento desse tipo de dado, uma vez que em alguns países existem pouca presença de organizações da sociedade civil trabalhando com o tema e censura em meios de comunicação que permitam o conhecimento de casos de violência.

No que se refere a segunda fonte de informação utilizada, mencionamos que a Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia realizado em Goiânia (GO). Foi fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam. A organização acompanha os conflitos e homicídios no campo que são apresentados anualmente por meio de relatório que buscam mensuração sobre o tema.

Para ver mais, consultar:

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Conflitos no Campo - Brasil 2016. CPT Nacional, 2017. [Leia aqui](#)

GLOBAL WITNESS. Defender la Tierra: Asesinatos globales de defensores/as de la tierra y el medio ambiente en 2016. 13 jul. 2017. [Leia aqui](#)